

Direitos de “cunho ideológico”: reflexões sobre a tramitação do PL 853 de 2019 na Câmara dos Deputados

Bruna Potechi (UFSCar)

Esse texto é resultado de uma pesquisa em andamento e (recém) iniciada em janeiro de 2021.¹ A pesquisa tem se debruçado sobre a tramitação e debate de propostas legislativas em 2021 na Comissão de Seguridade Social e Família e na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher na Câmara dos Deputados a fim de pensar como o contexto atual da política nacional, descrito por alguns autores como autoritário e neoliberais (CESARINO, 2019; NEIBURG, THOMAZ, 2020; ALMEIDA, 2020) reflete nos direitos e debates sobre os direitos das mulheres no legislativo. Esta pesquisa considera tanto o surgimento de novos sujeitos políticos nos últimos anos (PINHEIRO-MACHADO, SCALCO, 2020) como tenta refletir o atual contexto pensando na convergência do neoliberalismo e conservadorismo (COOPER, 2017).

A pesquisa consistiu nesse primeiro momento em acompanhar as reuniões da Comissão de Seguridade Social e Família e da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher na Câmara dos Deputados no primeiro semestre de 2021 de forma virtual. Com isso eu esperava mapear as principais proposições discutidas em ambas as comissões e entender a dinâmica das reuniões virtuais, as pautas prioritárias, os principais parlamentares compondo as comissões e mais atuantes nelas, entre outros pontos. Além de acompanhar como os direitos das mulheres têm sido propostos e debatidos nas comissões temáticas na atual legislatura de uma forma mais geral na Câmara dos Deputados.

Durante os meses de abril a julho de 2021 estive na pauta da Comissão de Seguridade Social e Família o projeto de lei (PL) 853 de 2019 para instituir uma “Semana Nacional de Conscientização dos Direitos das Gestantes”, que ainda que possa parecer um projeto comemorativo e soar de certa forma neutro gerou diversos debates, mudanças em substitutivos e relatórios, resultou em questões burocráticas de anulação e revogação de votações até a sua aprovação em julho de 2021. No entanto, o PL apresentado pela deputada Sâmia Bomfim (PSOL – SP) foi considerado meritório por praticamente todos aqueles que se pronunciaram nas sessões entre abril e julho desse ano, já que ele não alteraria legislação, mas criaria apenas

¹ Texto apresentado no VII ENADIR em agosto de 2021, no Grupo de Trabalho 13 “Interseções entre gênero, documentos e instâncias estatais”.

uma semana de conscientização e promoção de direitos já previstos. Entretanto, o projeto é debatido e negociado nas reuniões que eu assistia porque parte dos parlamentares, encabeçados pela deputada Chris Tonietto (PSL), consideravam que o projeto de lei possuía termos de “cunho ideológico”.² Dos termos retirados tínhamos desde direitos das gestantes, substituído por cuidados das gestantes; parentalidade; planejamento reprodutivo; condição emocional da gestante; humanizado; e o direito ao acesso a creche.

Versões apresentadas de substitutivo ao projeto, assim como os pareceres que os acompanhavam, foram debatidos nessas reuniões, em especial a supressão, substituição e inclusão de determinados termos. Ou seja, o texto que estava em discussão começa a ser disputado em termos (1) que compõem o projeto de lei a ser aprovado e (2) que compõem o relatório ou parecer que acompanha o projeto de lei.

Antes de adentrar nesses documentos, como projeto de lei, pareceres e substitutivos é preciso definir como documentos são percebidos no meu campo e como eles compõem essa apresentação. Projetos de lei, pareceres, votos em separado, emendas, atos de mesa assim como os registros de comissões (que antes eram disponíveis em notas taquigráficas e atualmente são mais facilmente encontrados em vídeos das reuniões) são documentos produzidos no e pelo Congresso Nacional e que compõem meu campo de pesquisa, voltado para a análise da produção legislativa.³ Nessa apresentação, no entanto me interessa explorar alguns desses documentos, e aqui estou pensando no projeto de lei 853/2019 e nos pareceres proferidos na Comissão de Seguridade Social e Família, como objetos de disputa no legislativo brasileiro. Para isso eu vou retomar a tramitação do PL 853/2019 observada pelos registros (em documentos) no site da Câmara dos Deputados desde 2019 contendo os documentos e ações apresentados e registrados, assim como através das reuniões da Comissão de Seguridade Social e Família por onde o projeto de lei fora debatido, ou, “entrou na pauta”.

Para esse texto e apresentação, no entanto, me focarei nas reuniões da Comissão de Seguridade Social e Família realizadas entre sua apresentação até a aprovação na mesma comissão em julho de 2021 através de registros na página de acompanhamento da proposição

² O exposto com o PL 853/2019 não é um movimento isolado. Um movimento similar aconteceu na tramitação do PL 557 de 2020 que “Institui a realização, em caráter anual, da “Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História” no âmbito das escolas de educação básica do País.” O PL foi apresentado pela deputada Tabata Amaral (PDT-SP) e também teve a deputada Chris Tonietto contrária a sua aprovação, pois ela seria contrária a imposições a escolas, como adicionar no conteúdo das aulas mulheres, que segundo elas seriam feministas, como Simone de Beauvoir e Judith Butler. Segundo a deputada o PL serviria como motor de propagação de ideologia feminista nas escolas.

³ Sobre a produção legislativa e discussões que perpassam esse tema de forma mais direta ver POTECHI (2018); POTECHI (2019).

no portal eletrônico da Câmara dos Deputados, assim como pelos registros das reuniões, como vídeos, atas e pautas também disponibilizados de forma online.⁴

A tramitação e as negociações dos termos

O projeto de lei foi apresentado em 19 de fevereiro de 2019 e fora designado às comissões Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) e Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (CCJC) em regime de apreciação conclusiva, ou seja, não necessitando ir a Plenário e ser aprovado por todos os deputados e deputadas após a aprovação nas comissões. Na Comissão de Seguridade Social e Família ele fora designado à deputada Carmem Zanotto (inicialmente PPS e atualmente CIDADANIA)⁵ para relatoria. É com o seu parecer e proposta de substitutivo que o projeto inicial, de três artigos, sucinto, ganha corpo e maiores descrições. O substitutivo apresentado fora construído conjuntamente com a Frente Nacional da Primeira Infância e muda a ementa do projeto para “Semana Nacional de Conscientização sobre direitos das gestantes E DE mães com criança na primeira infância” (destaques no original). Das mudanças no substitutivo está a ampliação para mães e crianças da primeira infância até os 1000 dias de vida. Além da ampliação do artigo segundo de um parágrafo para 7 incisos, descrevendo direitos, a promoção da parentalidade e inclui parágrafos sobre mulheres privadas de liberdade e deficientes.

Em de dezembro de 2019 o parecer da relatora Carmen Zanotto (CIDADANIA) entra na pauta da CSSF e segundo indica a página de tramitação da matéria ele é “retirado de pauta por acordo”. Ao acompanhar a reunião através do registro de vídeo vejo como e quando o acordo aconteceu. Naquela mesma reunião, a última do ano, estava em votação relatórios das subcomissões criadas pela CSSF, como a subcomissão da mulher. Durante a apresentação para votação do relatório (que discutia pautas sobre a reforma previdenciária para mulheres) a deputada Chris Tonietto (PSL) pede vista ao relatório. Um pedido de vista retiraria de pauta por determinado tempo a matéria e a permitiria retornar para votação. Porém como aquele era um relatório das atividades daquele ano, ele não seria votado, já que aquela era a última reunião do ano e o relatório deveria ser aprovado ainda naquele ano, sendo aquela a última (e única) oportunidade. A deputada Benedita da Silva (PT) pede fala e em tom explicativo diz o relatório

⁴ Ou seja, ainda espero poder analisar e apresentar uma análise mais profunda dos documentos produzidos e que vão sendo modificados e substituídos, como o projeto de lei, parecer com substitutivo e demais substitutivos acompanhado de relatório-voto em separado.

⁵ O PPS muda de nome em março de 2019 para CIDADANIA.

é um material de estudo de um ano, portanto, importante de ser aprovado para ficar como um documento da comissão para os próximos anos. A deputada Fernanda Melchionna (PSOL) sugere que Chris Tonietto (PSL) faça um voto em separado, pois permitiria a aprovação, mas registraria com a aprovação o posicionamento da deputada contrário ao relatório. Chris Tonietto (PSL) fala que faz o voto em separado se for retirado de pauta o item 44, que seria o PL 853/2019. A presidência da comissão explica que o item retirado de pauta pode retornar para apreciação no próximo ano, o que não aconteceria com o relatório, e rapidamente o acordo é feito.

Após essa reunião o parecer só retornará para a pauta da comissão em 2021 (em 2020 devido à pandemia de covid 19 grande parte dos trabalhos foram interrompidos). Em 08 de abril de 2021 a página de tramitação registra “designado relatora substituta, deputada Vivi Reis (PSOL-PA) proferido o parecer pela relatora substituta, dep. Vivi Reis nos termos do parecer apresentado pela dep. Carmem Zanotto. Vista à deputada dra. Soraya Manato.” A deputada Vivi Reis (PSOL) teria assumido a relatoria substituta, pois a deputada Carmem Zanotto (CIDADANIA) estava de licença, e a deputada Soraya Manato (PSL) teria pedido vista pois segundo relata na reunião da comissão a deputada Chris Tonietto (PSL), que não estava presente naquela reunião, queria estudar melhor o relatório.

Em 27 de abril, quando o parecer volta para a pauta, é apresentado pela deputada Chris Tonietto (PSL) voto em separado com substitutivo ao parecer da relatora. Ele entra na pauta da reunião do dia 28 de abril. Na reunião o parecer é lido pela deputada Vivi Reis (PSOL) e na sequência é lido o voto em separado pela deputada Chris Tonietto (PSL). Segundo seu voto em separado,

Contudo, em que pese a iniciativa ser meritória e necessária, preocupa-nos o uso de terminologias / expressões de cunho ideológico que caminham na contramão da proteção à gestante. A uma, a expressão “planejamento reprodutivo”, haja vista que esta vem sendo utilizada, especialmente por organismos internacionais e pela ONU, para fomento e viabilização do aborto – que é previsto em nossa legislação penal como crime –, sob o argumento da suposta necessidade de “controle populacional”. (p. 2)

Após as leituras abre-se para discussão da matéria, o deputado Alexandre Padilha (PT) comenta o voto em separado da deputada Chris Tonietto (PSL), onde transcrevo trechos em que ele pontua algumas mudanças do substitutivo que acompanha seu voto em separado.⁶

⁶ Todos os trechos de falas proferidas em reunião precisam de uma revisão.

ALEXANDRE PADILHA 1'07''35 (...) queria ressaltar alguns pontos do seu voto em separado porque não posso concordar com eles (...) porque ele não tá debatendo só, né. Pela fala da senhora parecia que estava tentando evitar que a semana seria de promoção da cultura do aborto, mas para o voto em separado que a senhora apresentou. Respeitando o voto, mas não posso concordar com vários pontos do seu voto em separado, por exemplo, ele propõe que se tire divulgação dos direitos relacionado à saúde física e emocional das gestantes e mães de bebês para que tire, para transformar em divulgação dos cuidados relacionados à saúde das gestantes e bebês. Ou seja, ele tira a importância que é fundamental, e eu quero reforçar isso para a senhora, não só como parlamentar, mas de alguém que é médico, estou deputado (...), é fundamental em primeiro lugar esse ponto ressaltado pela relatora e autora do projeto de não só questões físicas, mas emocionais (...) A senhora propõe retirar do direito da mulher relacionado ao bebe o trecho “a frequência à creche”. (...) Não entendo como a retirada desse trecho tem qualquer relação com o debate sobre aborto. Mais ainda, queria reforçar mais um item, na parte do desenvolvimento da primeira infância a senhora propõe suprimir o trecho que diz o seguinte “com ênfase nos primeiros mil dias incluindo o brincar nos espaços domésticos e comunitários e na creche”. Mais uma vez a Sra. propõe retirar do projeto de lei da semana um aspecto muito importante que é direito da creche, o direito comunitário. (...)

Na sequência a deputada Jandira Feghali (PCdoB) debate o conteúdo do voto em separado contrário ao termo “planejamento familiar”.

Jandira Feghali (aproximadamente 1'13'') eu considero que o relatório da deputada Vivi Reis é um relatório bem cuidado, muito cuidado, que reconhece as diversas necessidades e situações do país. Quando ela utiliza aqui os termos planejamento reprodutivo ela está usando o termo que é utilizado na vida atual, na vida moderna, nos conceitos modernos da medicina. Eu sou médica, trabalhei na maternidade por bastante tempo, eu também fui residente, também trabalhei por 15 anos em hospital público, e a gente quando fala planejamento reprodutivo nas leis que aqui fizemos nós estamos falando de planejamento familiar. Nós não estamos falando de interrupção da gravidez, nós estamos falando do conjunto da assistência integral à saúde da mulher e do planejamento de quantos filhos você quer ter, e da possibilidade de acessar todos os métodos. E estamos orientando a gestante. Nós não estamos falando de aborto, pelo amor de Deus., isso é muita neurose(...).

Já as falas favoráveis ao voto em separado se pautam na defesa pela vida e contrários ao aborto, como a fala das deputadas Soraya Manato (PSL) e Liziane Bayer (PSB) que transcrevo a seguir.

Deputada Soraya Manato 1'52''(...) em relação a esse projeto de lei o que nos preocupada realmente é o que está por trás de determinados termos. Eu sendo conservadora e evangélica também sou totalmente contra o aborto. E sou médica, e defensora da vida, então tem termos que as vezes se usam e as vezes estão embutidos alguns subterfúgios, violência obstétrica, direitos sexuais e reprodutivos. Não concordamos com a melhor forma de exercer sua vida reprodutiva e controle de natalidade. Decidir ter ou não ter filhos. Direito ao aborto legal e seguro. Recentemente é..., no meu estado do ES, uma menina de 10 anos grávida com idade a mais avançada, né, foi, recebeu um laudo do poder judiciário para que fosse interrompida a gravidez, e os médicos do hospital das clínicas de Vitória, que é um hospital que mexe com pequena, média e alta complexidade em relação a partos, se negaram a realizar o procedimento, e essa menina foi então transferida para outro estado para realizar o procedimento de uma gravidez já avançada. (...) nós que

preservamos a vida, somos a favor da vida, trabalhamos para que o controle da natalidade seja feito com responsabilidade, e através de métodos contraceptivos seguros (...)

Deputada Liziane Bayer (1'59'') (...) eu gostaria só de fazer um complemento de tudo que tem sido dito da importância do projeto, da importância de levar às mães do Brasil os seus direitos enquanto gestante. Eu fui mãe há 18 anos atrás e também passei por muitas dificuldades no parto, embora tenha feito um pré-natal. E sofri sim pra ter o meu bebê, foram 16 horas de trabalho de parto. Muita negligência, muita dificuldade. Com o passar do tempo, eu era uma jovem menina, tava com 23 anos na época, conversando com alguns médicos, ficou evidenciado que o que eu vivi atrás foi uma violência obstétrica. Foi uma dificuldade muito grande, pouca informação, uma jovem menina. (...) Então é necessário sim levar a informação. Por isso eu parabeno a intenção do projeto original de falar sobre essa informação que empodera a mulher. Mas eu também vejo que nós todos aqui precisamos trabalhar esse respeito ao que a mulher pensa quando se é apresentado um pensamento diferente. A deputada Chris Tonietto aqui não precisa de alguém que faça a defesa dela, mas eu também me senti também ofendida quando foi chamado de neurose o que ela trouxe para o debate. Ela como mulher tem as suas defesas, assim como eu tenho as minhas defesas, como Sâmia, como Jandira, como aqui uma de nós mulher com as nossas experiências, nossas bagagens. E mulher precisa ser respeitada pelas outras mulheres. (...) A gente precisa ser respeitada e respeitar também. (...) Eu também tenho as minhas preocupações em relação a legislação que trata da mulher, das gestantes exatamente por questões ideológicas que são trazidas de forma até mesma subliminares dentro dos projetos, que nós temos direito de criticar, de apontar, que nós temos o direito de apresentar relatórios substitutivos, projeto de lei substitutivo.... (...)

Após as falas, o relatório da deputada Vivi Reis (PSOL) é votado, sendo rejeitado por 22 votos a 19. Começa então um debate sobre irregularidade na votação, e após a decisão de anulação da votação do parecer essa mesma decisão acaba sendo revogada na próxima reunião da comissão. Na reunião do dia 05/05/2021 o presidente da comissão, deputado Luizinho (PP)⁷ diz que a presidência da comissão após questão de ordem apresentada pela deputada Chris Tonietto (PSL) decide revogar a anulação da votação do dia 28/04 e pede para que Chris Tonietto apresente um relatório substitutivo, já que segundo ele, é de praxe que quem apresentou voto em separado seja designada como relatora substituta. O relatório de Chris Tonietto entraria na pauta no dia seguinte.⁸

Na reunião do dia seguinte, dia 06 de maio, a deputada Chris Tonietto faz a leitura do seu (agora) parecer. O deputado Alexandre Padilha (PT) pede fala e diz que tem dúvida se mudou algo do que foi apresentado na semana passada, como voto em separado. A deputada Chris Tonietto (PSL) alega que é o mesmo texto do voto em separado transformado em parecer.

⁷ Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr., sempre referido pelos colegas como “deputado Luizinho”, ou deputado dr. Luizinho”.

⁸ Naquele momento a comissão estava realizando duas reuniões deliberativas semanalmente, após certo período passou a realizar uma reunião semanal.

Ou seja, o texto do voto em separado foi apenas transformado em relatório que seria debatido pela comissão.

Sâmia Bomfim (PSOL), Jandira Feghali (PCdoB) e Benedita da Silva (PT) fazem falas pedindo por um terceiro relatório, um que busque um diálogo com todas as deputadas envolvidas. Algumas deputadas, como Sâmia Bomfim (PSOL) e Vivi Reis (PSOL), retomam o percurso do parecer, que teria sido elaborado por Carmem Zanotto (PPS e após CIDADANIA), a quem elas alegam que não buscou termos “ideológicos”.

A deputada Chris Tonietto (PSL) faz uma fala explicando o motivo de defender que o partido PSOL usa termos de expressão ideológica, no caso planejamento reprodutivo como forma de promoção do aborto.

(...) sobre o termo planejamento reprodutivo não sou eu que estou dizendo que isso pode de algum modo abrir um precedente para aborto. Quem diz isso é exatamente o PSOL. Eu faço questão de ler rapidamente o que está contido na página 12 da ADPF 442 que foi ajuizada por este partido na Suprema Corte. E diz o seguinte “a criminalização do aborto viola a previsão de direitos sexuais e reprodutivos em compromissos internacionais ao não permitir às mulheres viver a sexualidade livre de coerção, discriminação ou violência. Decidir livre e responsabilmente sobre os números e espaçamento dos seus filhos e gozar do mais alto padrão da saúde sexual e reprodutiva”. Então aqui o próprio PSOL, ele deixa claro o que significa direitos sexuais e reprodutivos quando do ajuizamento da ADPF 442. Como disse que foi ali ajuizada perante o STF no ano de 2017, salvo engano. Enfim (...) fiz questão de mostrar da onde vem o termo. Embora muitos digam (que) é uma questão científica, se fosse realmente uma questão científica, o próprio aborto, por assim dizer, ele não poderia estar sendo discutido. Porque o aborto, a promoção do aborto, já é anti-ciência porque existe a concepção, né, a vida desde a concepção. E isso é uma evidência científica. Então não se pode permitir, não se poderia permitir, o assassinato intrauterino. Então, nesse sentido (...)”⁹

Nessa fala a deputada concorda em retirar da pauta o projeto de lei e apreciação do parecer para que ele seja elaborado levando em consideração pontos de outros parlamentares, ou seja, reelaborar o substitutivo que fora apresentado com seu voto em separado na última reunião e reapresentado como substitutivo da relatoria.

Dessa data até o dia 07 de julho a matéria esteve na pauta e foi repetidamente retirada de pauta, ou pela própria relatora, nas primeiras reuniões, para reescrever o substitutivo levando em consideração contribuição de outras deputadas, ou por outros parlamentares que discordavam da forma como o substitutivo fora apresentado e vinha para a discussão.

⁹ Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º. 442, ajuizada pelo partido PSOL.

Na reunião do dia 07, antes de ser iniciada a discussão da matéria, o parecer fora lido pela deputada Chris Tonietto, parecer que continuava com praticamente a mesma redação do voto em separado, que justificava a supressão de termos de cunho ideológico e de certa forma atacava a relatoria e autoria do projeto de tentar promover o aborto, ainda que o texto a ser votado como substitutivo já não contivesse a expressão “planejamento reprodutivo”, única expressão de “cunho ideológico” citada no parecer.

No debate que antecede a votação os deputados Jandira Feghali (PCdoB) e Alexandre Padilha (PT), que vinham acompanhando as discussões sobre o projeto de lei semanalmente e tentando contribuir com o substitutivo apresentado por Chris Tonietto apresentam novamente preocupações, que dessa vez perpassam o substitutivo em si.

Jandira Feghali 1’37’’ (...) segundo deputada Carmen, sobre esse projeto, eu acho que nós passamos vários momentos do debate desse projeto. Penso que nós não vamos mudar a cabeça e o pensamento e concepção da deputada Chris Tonietto, que não consegue absorver o conceito dos direitos sexuais e reprodutivos. E não era esse o debate deste projeto. Em nenhum momento estive em debate a questão dos direitos sexuais e reprodutivos. E acho que o conceito dos direitos sexuais e reprodutivos é um conceito correto, moderno, abrangente e democrático para as mulheres. Mas eu quero dizer que não era esse debate do projeto. Esse projeto era uma campanha de divulgar os direitos das mulheres gestantes e dos bebe para o Brasil, foi a deputada Sâmia, que aliás já teve seu bebe e está em licença maternidade, quero parabenizar a deputada Sâmia e desejar saúde e felicidade para ela e para seu bebe e para o deputado Glauber, que é o pai, mas nesse projeto nós estamos debatendo apenas as orientações dos direitos das mulheres e gestantes e seus filhos, e penso que o relatório da deputada Chris Tonietto, apesar de ter absorvido algumas questões, ela não mudou, é..., a concepção de determinados conceitos do cuidado físico e emocional das mulheres, a questão de conceber que o pai ou parceiro, ou companheiro ela não incorpora esse conceito do companheiro. Continua sendo um relatório preconceituoso em relação a termos, que deveria incorporar na legislação. Apesar de ser um relatório que teve contribuições incorporadas como a que fiz sobre aleitamento materno, ainda é um relatório que embute muito preconceito em relação a termos importantes e em relação a determinados acolhimentos e acatamentos em relação ao desenvolvimento físico e emocional da mulher. Então eu penso que não deve ser um relatório que nós devamos acolher como relatório correto para mulheres e para gestantes, eu quero apenas, eu sei que a comissão vai provavelmente acatá-lo como um acordo, mas eu não quero registrar o meu voto num relatório que ainda (...).

Dep. Alexandre Padilha 1’40’’ em primeiro lugar deputada Carmem, eu acho que seria muito importante, já que a deputada Sâmia Bomfim não pode participar dessa sessão, que está em licença maternidade, ela que é autora, que a gente pudesse garantir a participação da deputada Vivi Reis, ela tava numa situação de deslocamento, que a gente possa esperar um pouco e garantir sua opinião, ela que era relatora desse projeto.(...) Acho que seria importante (...). Acho que é importante ouvir a Vivi Reis. Segundo, eu esperava por parte da relatora Chris Tonietto, depois dos vários apelos, que foram apresentados, trazidos, que nós pudéssemos partir pra construção de um relatório que fosse um relatório de consenso, que afirmasse aquilo que estará estabelecida, na nossa constituição, no SUS, na lei orgânica do SUS, nos programas que são reconhecidos, não só pelo ministérios da saúde, mas pelas secretarias de saúde, pelo conas, (...) mas como a gente pôde ouvir mais uma vez pelas palavras da deputada Chris Tonietto, é legítimo ela poder, querer afirmar posição, mas mais uma

vez nós ouvimos aqui a leitura, ela traz aqui uma leitura, que como disse a deputada Jandira Feghali, parece querer mais afirmar sua posição e atacar de forma preconceituosa, ou tentar desqualificar como são construídas as recomendações da organização mundial saúde, da federação brasileira de ginecologia e obstetrícia, das conferências, de todo um histórico (...) mais uma vez o conteúdo do relatório tenta atacar essa tradição (...) de novo é um relatório quase como se fosse o voto em separado, agrega umas questões, (...) mas não é um relatório que busca um acordo, mas um relatório que busca confrontar. Terceiro, o relatório apresentado continua retirando é... palavras, afirmações de direitos, que são na minha opinião inegociáveis porque são direitos construídos pela constituição brasileira, são inegociáveis porque são questões que afetam o dia a dia das mulheres (...) pra mim é um absurdo o porquê de querer retirar... retira do texto anterior a atenção psicológica e emocional das mulheres (...) retira palavra direitos das gestantes e mães, retira a palavra direitos das gestantes e mães, colocando a palavra cuidado das gestantes e mães. O que mães e mulheres e nós homens temos que garantir não é cuidado, não é um ato de caridade..... (...) por que esconder que as mulheres têm direitos? (...) Por que excluir o termo companheiro? Nós queremos dar visibilidade...”

Com o resultado de 25 votos favoráveis a 21 votos contrários o parecer com substitutivo da deputada Chris Tonietto (PSL) foi aprovado. O projeto de lei foi remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e aguarda designação de relator na comissão após o período de recesso.

Algumas Considerações

A tramitação do PL 853 de 2019 na Câmara dos Deputados pareceu interessante dentro da pesquisa cujo foco principal seria observar como os direitos das mulheres têm sido propostos, discutidos e negociados na Câmara dos Deputados na atual legislatura que teve um aumento de parlamentares que se posicionavam a favor da defesa da família e contrários ao aborto e conseqüentemente outros direitos das mulheres possivelmente associados com um ou outro tema. O projeto de lei, que em sua versão inicial apresentava 3 artigos, sucintos e gerais, era claramente uma proposta de divulgação de direitos de gestantes e bebês e se transforma a partir do substitutivo apresentado por Carmen Zanotto (CIDADANIA) em um projeto que engloba puérperas e crianças na primeira infância, referente aos mil primeiros dias de vida. O projeto de lei ganha folego com a apresentação de seu substitutivo em 2019, produzido conjuntamente pela Frente Nacional da Primeira Infância. No entanto, ao retornar para a pauta já em 2021, os debates distorcem o conteúdo do substitutivo, que agora vem apresentado pela deputada Vivi Reis (PSOL). Por um lado, a parlamentar Chris Tonietto (PSL) encabeça uma oposição que julga que o substitutivo seria uma manobra do PSOL de promover o aborto através de termos de “cunho ideológico” como “planejamento reprodutivo”. Por outro lado,

parlamentares de partidos como PT, PSOL, PCdoB e da deputada e primeira relatora do projeto Carmem Zanotto que retorna para a comissão, defendem a importância do projeto de lei e criticam a retirada de direitos já conquistados para mulheres e avanços importantes na pauta de saúde pública da mulher como a saúde física e emocional, o direito à creche, o direito do brincar, a divisão de tarefas domésticas, a existência do parceiro ou companheiro da mulher gestante. Entre esses debates vimos por exemplo, o deputado Pastor Sargento Isidório (AVANTE) mudar de posição, primeiramente se posicionando contra o relatório de Vivi Reis (PSOL) por se declarar contrário ao aborto e posteriormente mudando seu voto por entender que o projeto não se tratava disso, mas de garantir a promoção de direitos de gestantes e seus bebês.

A disputa entre os partidos PSOL e PSL também é de certa forma muito visível dentro das falas da deputada Chris Tonietto (PSL), que reforça como direitos sexuais e reprodutivos e planejamento familiar têm sido utilizados pelo partido para a promoção do aborto, ainda que várias tenham sido as falas justificando que apesar da autoria do projeto ser do PSOL e a relatoria atual também, ela era substituta da relatora que construiu o substitutivo e relatório em discussão, a deputada Carmem Zanotto do partido CIDADANIA. Parlamentares do PSOL como Sâmia Bomfim e Vivi Reis ainda declaravam que o projeto não era sobre aborto e que quando o fosse elas não precisariam camuflá-lo nas entrelinhas do projeto, e trariam a pauta de forma explícita.

E por fim, entre as preocupações dos deputados está em visibilizar os direitos que continuam sendo apagados, escondidos no texto final apresentado por Chris Tonietto, assim como se preocupam que a aprovação do substitutivo seja também a aprovação de um relatório que condena termos como “planejamento familiar”, “direitos sexuais e reprodutivos”. Ou seja, percebemos que não é apenas o texto da lei, que aqui seria o substitutivo aprovado, que está em discussão, mas em como outros documentos importam e fazem parte da disputa. Como coloca a deputada Jandira Feghali a disputa pelos termos do substitutivo deve também ser observada no relatório que será o aprovado pela comissão e irá acompanhar a tramitação do projeto de lei. A preocupação com esses documentos que acompanham o substitutivo, ou a necessidade de se posicionar contrária, que vemos aqui no acordo feito por Chris Tonietto em 2019 para aprovar o relatório da subcomissão que seria um material de estudo ou no posicionamento registrado de voto contrário de diversos parlamentares quando da aprovação do PL 853, enfatizam como esses documentos, que não necessariamente são o pé da letra aprovada, são objetos de disputa tanto quanto os termos retirados, adicionados e substituídos nas versões de substitutivos apresentados ao projeto de lei 853 de 2019.

Referências

- ALMEIDA, Ronaldo. The broken wave: Evangelicals and Conservatism in the Brazilian crisis. 2020.
- CESARINO, Letícia. Identidade e representação no bolsonarismo. *Revista de Antropologia*, v. 62, n. 3, p. 530-557, 2019.
- COOPER, Melinda. *Family values: Between neoliberalism and the new social conservatism*. MIT Press, 2017.
- NEIBURG, Federico; THOMAZ, Omar Ribeiro. Ethnographic views of Brazil's (new) authoritarian turn. *HAU Journal*. 2020.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. From hope to hate: The rise of conservative subjectivity in Brazil. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, v. 10, n. 1, p. 21-31, 2020.
- POTECHI, Bruna. *Fazer mulher, fazer lei: uma etnografia da produção de leis no Congresso Nacional Brasileiro*. Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Novembro, 2018.
- POTECHI, Bruna. As mulheres dos estatutos no Congresso Nacional Brasileiro. *Revista Estudos Feministas*, v. 27, 2019.